



Documento padrão para submissão de trabalhos ao XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

(salve este modelo em seu computador e utilize-o para montar seu trabalho)

Panorama da pesquisa em Jornalismo no Espírito Santo

Mesa apresentada no III Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação.

Victor Gentili (coordenador)

Inserir também aqui o(s) nome(s) completo(s) da(s) instituição(ões) a que está(ão) vinculado(a/s) o(s) membro(s) da mesa, como docente, pesquisador ou aluno, em fonte (tipo) Times New Roman, em corpo 12, redondo.

Ana Célia Alvim, João Paulo Pereira, Thalita Dias

Resumo

O grupo estudos do Jornalismo Capixaba deu continuidade, em 2007 aos trabalhos iniciais da pesquisa Análise de Informação Oferecida ao cidadão capixaba. Os pesquisadores Ane Célia Alvim, João Paulo Pereira e Thalita Dias produziram estudos sobre o jornalismo político, a metodologia de pesquisa e o jornalismo econômico.

A mesa apresentará um panorama dos trabalhos do grupo pela apresentação de cada pesquisa de cada um dos graduandos iniciantes.

Palavras-chave

Jornalismo; Espírito Santo, Capixaba, jornalismo político, jornalismo econômico, metodologia de pesquisa.

Proposta da Mesa

A proposta da mesa consiste, em essência, na apresentação individual, de cada um dos integrantes do grupo de pesquisa dos resultados de sua pesquisa apresentados a seguir neste paper.

Trabalho de Ana Célia Alvim

XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação



A Qualidade da Informação Política Oferecida ao Cidadão Capixaba¹

Ana Célia Alves Alvim²

Universidade Federal do Espírito Santo
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq)

Resumo

Pesquisa de crítica de mídia em jornalismo político nos jornais A Gazeta e A Tribuna visando analisar a forma como as informações são levadas à sociedade, levando em conta os aspectos dos fatos publicados e aqueles que possam ter sido deixados de fora. A crítica aqui é usada não somente para questionar a falta de posicionamento dos jornalistas em determinada notícia, mas, também, questionar a utilização ou não de cada elemento, da hierarquização das informações em uma notícia e em toda a editoria.

Palavras-chave

Jornalismo; Política; Crítica de mídia;

Introdução

A pesquisa sobre a qualidade da informação oferecida pelo jornalismo impresso capixaba surgiu como uma vontade, e necessidade de analisar a maneira como a mídia

¹ Trabalho apresentado no III Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação

² Ana Célia Alves Alvim

Graduação em Jornalismo. Universidade Federal do Espírito Santo, Ufes, Brasil.

Bolsista de iniciação científica do CNPq

anaceliaalvim@gmail.com



apresenta os fatos à população. A informação política é o alvo desse projeto. Os jornais A Gazeta e A Tribuna são lidos com olhar crítico, prestando atenção aos detalhes, ao destaque dado às informações e, principalmente, a relevância do assunto para receber tal destaque ou não. Uma parte interessante é tentar desvendar por quê cada notícia é apresentada de cada maneira. Algumas notícias políticas não são nem mesmo publicadas na editoria de Política, e outras vezes, a informação do aniversário de um deputado, ou algo assim, sai em tal editoria. O interessante dessa pesquisa é tentar perceber a hierarquia que os editores utilizam em sua produção diária e tentar vê o que é deixado de lado.

Uma questão importante da pesquisa, também, é analisar como as notícias são veiculadas. Ter cuidado com cada notícia por respeito aos leitores. Então, nos cabe analisar a construção da informação. A informação deve ser o mais completa possível, mas sem deixar de ser apresentada de maneira acessível a todo e qualquer leitor que vá ter acesso aos jornais. Os jornalistas devem levantar questões sobre os fatos e situações, explicar as informações e termos utilizados, lembrar e buscar situações parecidas que ajudem a esclarecer os presentes fatos e, também, ajudem a compreender os acontecimentos. Tentando, assim, esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir e também, não criando estranhezas nos leitores e os afastando.

Estudar tais características no jornalismo impresso é importante para verificar a importância dada à política, à sociedade capixaba e seu envolvimento em ampliar o conhecimento e participação dos cidadãos na política. Como Hannah Arendt diz em *O Que é Política*, “A política é algo como uma necessidade imperiosa para a vida humana e, na verdade, tanto para a vida do indivíduo como da sociedade” (1). A política é, sim, uma necessidade, e é necessária ainda mais nossa participação nela, para nos assegurarmos que ela seja limpa, satisfaça e melhore a vida das pessoas. O jornalismo deve contribuir para que a sociedade dê valor à política como algo inerente a cada ser humano.

Materiais e métodos

Os materiais usados na pesquisa são, primeiramente, os jornais capixabas A Gazeta e A Tribuna. Como materiais de apoio temos outros jornais, para nos mantermos informados



que adquirirmos postura crítica frente aos assuntos tendo visto várias linhas para tais. Temos também como apoio a Internet, que nos fornece os mais variados textos, e onde, também, temos acesso a outras atividades de crítica de mídia já consolidadas por outros grupos de pesquisa no Brasil. Um material importante e indispensável é a leitura de livros sobre teoria, jornalismo, política, filosofia política, jornalismo político, participação política, e assuntos assim, quando vistos.

O primeiro método que tivemos contato nesta pesquisa foi a Análise de Conteúdo (2), que trata de analisar a qualidade do objeto pesquisado. Esse projeto de pesquisa em jornalismo político é uma parte de um projeto maior sobre a qualidade da informação capixaba, no qual um outro projeto trata de teorias do jornalismo. Sendo assim, à medida que crescia nossa intimidade com o tema e com os materiais, criamos uma metodologia que nos parece mais apropriada a nossos objetivos e também a nossa disponibilidade de material. Nossa metodologia é constituída por alguns critérios, listados abaixo. São critérios simples e alguns muito abrangentes que podem abrir o leque de opções se quisermos dar mais atenção a uma ou outra notícia que considerarmos relevante ou interessante.

Critérios:

- | |
|---|
| <p>A: apresenta memória, isto é, relata para o leitor qual foi o elemento causador de um fato político ou utiliza acontecimentos do passado como maneira do cidadão compreender o momento em que vive. Dentro dessa apresentação da memória do fato, o jornalista tende a tornar a notícia factual, relatando os fatos sem os contextualizar.</p> <p>B: indica conseqüências de um acontecimento da política. Também as causas do acontecimento, ou da proporção do mesmo.</p> <p>C: aponta as implicações de um fato político.</p> <p>D: divulga um fato que seja de interesse público, embora muitos indivíduos não se interessem, não deixa de ser relevante. Cite “referência ou menção de políticas públicas relacionadas aos eventos relatados”.</p> <p>E: informa as más ações dos políticos na condução da administração do país, dos estados ou dos municípios;</p> <p>F: cita fatos que comprovem o exercício de um bom trabalho por parte dos políticos.</p> |
|---|



G: mantém uma atitude crítica em relação àquilo divulgado, ou seja, a matéria vai além do simples noticiar. Prestar atenção no ponto de vista defendido nas matérias. E também, qual lado que tal posição defende, apóia, ou se neutraliza frente aos acontecimentos e atores. Qual a posição inicial dos jornalistas frente a um fato? Preconceituosa, com prejulgamentos, alheia, indiferente. A matéria mostra soluções, recomendações para melhorar, para resolver as questões.

H: contém fontes para basear as informações. Diferenciar as fontes dos atores presentes na notícia e identificá-los. Prestar atenção no número de fontes, e quantas e quais são as credenciadas.

O conteúdo analisado são os dois principais jornais de Vitória: A Gazeta e A Tribuna. Também é feita a leitura de livros de jornalismo, política e jornalismo político. Nessa parte da pesquisa, optamos por não analisarmos as colunas, artigos e crônicas dos jornais, pois elas fazem parte do jornalismo opinativo e poderiam nos confundir ao analisarmos o nível de criticidade das notícias.

Para auxílio nas análises e visando minimizar o tempo gasto em descrever todos os aspectos que nos propusemos a observar em cada unidade informativa criamos uma outra tabela, onde apenas marcamos os itens. Ao nos depararmos com alguma notícia relevante sem destaque, um fato que parece deslocado ou algo assim, paramos e dedicamos mais tempo e atenção a este. De acordo com as respostas das duas tabelas, temos as respostas para nossas questões e um ponto de partida para uma análise mais profunda, se for o caso. As características destacadas são quatro e delas fazem parte os aspectos que analisamos. São eles: Identificação, Nível de abordagem, Enquadramento, Fontes e Conteúdo. Conforme tabela A.

Tabela A:

Identificação
Variação Fônica
Sem variação fônica
Fotos
Boxes
Análise



Infográficos
Sub-retrancas
Depoimentos

Nível de abordagem
Factual
Contextual Simples
Contextual Explicativo
Propositivo
Avaliativo

Enquadramento
Setor público
Setor privado
Sindicatos
Conceitual
Própria empresa
Setores público e privado
Sociedade civil

Fontes
Oficial pública
Oficial privada
Sindical
Especialista
Testemunhal
Não identificada
Sem fontes
Assoc., coop., com.
off



Conteúdo
antecedentes
Consequências
processo
causa
previsões
prós e contras
questões transversais
citação de estatísticas
menção de legislação
análise
Nenhuma das opções

À medida que usávamos nossa metodologia, nossos critérios mais precisamente, pudemos notar áreas em que podíamos melhorar. Também ao ver outra experiência similar, mas com muito mais tempo de existência, como a do Mídia e Política (3), pudemos chegar a lista de critérios aqui apresentada e utilizada por nós.

Resultados/ Discussão

Analizamos os jornais do mês de outubro de 2006, conquanto não tenha sido a mesma quantidade de unidades informativas analisadas nos dois jornais, chegamos a um resultado satisfatório para nossa pesquisa quantitativa. Podemos perceber em que os jornais se parecem, e também, que eles se diferem justamente no que imaginávamos devido a suas linhas editoriais. Conforme pode ser observado na tabela B.

Tabela B:

Critérios	A	B	C	D	E	F	G	H
%								
A Tribuna	38,7	60,8	39,6	46,5	33,6	13,8	7,4	80,6
A Gazeta	28,3	90,2	20,8	49,5	15,9	3,4	5,6	88,4



A pesquisa qualitativa nos mostra que pouco são usados recursos para tornar a informação mais clara e explicativa, como infográficos, boxes, até mesmo fotos. Nós, estudantes de jornalismo, como temos uma visão mais crítica do jornalismo e das notícias podemos perceber que muitas notícias são produzidas com base em *press releases*, e sem uma melhor checagem dos fatos, por isso, talvez, nos deparamos com tantas matérias produzidas com pouca variação fônica, seja na própria notícia que quase sempre conta com dois interlocutores, seja na editoria, que apresenta normalmente as mesmas fontes para várias informações diferentes.

Não há esforço dos jornais em aprofundar a abordagem das informações. Uma apresentação crítica, então, não é vista. Não é usual dos jornalistas analisar as informações e situações, ou propor ações em suas matérias. O máximo que vimos foi uma fonte dar uma análise sobre um político ou um órgão político. A política é mostrada nos jornais como sendo somente de ambiente público. Poucas são as notícias em que sindicatos, empresas e sociedade civil são mostrados como sendo palco de ações políticas. Concluímos, então, que os jornais continuam a retratar a política como objeto, apenas de políticos e ricos, sendo algo distante de nossa realidade de povo comum. As fontes mais utilizadas, como era de se esperar pelo uso de *press releases*, são as oficiais públicas. As menos procuradas são sindicais, especialistas e associações.

Ao analisarmos o conteúdo das editorias de política dos jornais vemos que as informações não são aprofundadas. O máximo explorado pelos jornais são as consequências dos fatos, os antecedentes e as causas. Assim como antes concluímos que os fatos não são analisados, aqui percebemos que não são levantados outros aspectos nas notícias, como previsões, processos em que acontecem os fatos, prós e contras, nem mesmo legislações costumam ser mencionadas. A produção jornalística é superficial e não gera discussões sobre os assuntos. Mesmo no tratamento de escândalos, a imprensa se mantém assim, porém, citando algumas vezes algumas leis e uma superficial análise dos antecedentes.

Conclusões



Esta pesquisa considera o jornalismo como imprescindível na vida da sociedade. É através do jornalismo político que sabemos o que acontece no cenário político regional e nacional. É de interesse público tomar conhecimento sobre o assunto. É de nosso interesse que os jornalistas cumpram sua função de ir atrás dos fatos, buscar mais informações, que sejam confiáveis, analisar as situações. Embora muitas pessoas não considerem ou não dêem importância à política, nem por isso, ela deixa de ser fato inerente a nossa vida. Os jornalistas não podem deixar de cumprir seu papel exemplarmente por não verem o interesse em todas as esferas da sociedade.

À medida que a sociedade passa a ter melhores, mais completas e verdadeiras informações do panorama político, ela passa a ver a política com outros olhos. O conhecimento cria olhar crítico nas pessoas e as faz desejar saber mais, ao menos saber melhor sobre algum assunto. O que faz com que cada vez se busque mais e se cobre mais, a começar pelo jornalismo, que atenda as exigências do seu público leitor-consumidor e, posteriormente, dos políticos governantes. Robert Park considera a notícia como o “material que possibilita a ação política” (4). Só a partir do momento que tomamos conhecimento dos fatos passamos a agir como verdadeiros cidadãos, ao cobrarmos nossos direitos e deveres de nossos representantes. Ao questionarmos os governantes sobre seus atos estamos, seja por nós mesmos, ou pela representação dos jornalistas agindo politicamente, estamos pondo em prática nosso direito de cidadão.

Daí, podemos ver a importância de termos cada vez melhor qualidade possível nos meios de comunicação. Começando em nosso direito à informação, passando pelo interesse público de conhecer as atividades políticas, chegando ao dever do jornalismo de respeitar os leitores informando-nos com as melhores, mais completas e críticas notícias vemos que o papel do jornalismo não é simplesmente transmitir um *press release* divulgado pela assessoria de imprensa de algum deputado ou senador. Assim como concluímos, Victor Gentili pensa o jornalismo.

Penso o jornalismo como uma atividade indispensável no mundo contemporâneo, como o instrumento que viabiliza o direito à informação, onde os jornais desempenham a função de mediadores e os jornalistas, individualmente, de representantes do leitor, telespectador e ouvinte, como indivíduos, consumidores e cidadãos. (5)

O jornalismo é, então, produzir criticidade enquanto oferece:



da melhor maneira possível, uma forma de conhecimento do mundo, que permita ao cidadão as condições de escolha quando se tratar de direitos políticos, que ofereça informações básicas para o desenrolar cotidiano de suas atividades, que pense a práxis profissional no contexto amplo da ampliação da cidadania, do pluralismo, da liberdade, da democracia. (6)

Sendo assim, percebemos que a produção jornalística em política no Espírito Santo tem sido feita sem percebermos um efetivo comprometimento com a sociedade e com a política. A falta de profundidade nas notícias, a superficialidade dos assuntos e da maneira que são abrangidos nos faz querer cada vez mais esse jornalismo ideal que falamos acima, onde o comprometimento se dê de maneira sistemática pelos jornalistas para com a sociedade e o para com o próprio jornalismo. Ainda há que se produzir um noticiário crítico na imprensa capixaba, mas por essa experiência e tantas outras que surgem vemos com bons olhos que mudanças podem vir. Pela própria mudança na sociedade que tem presenciado tantos escândalos e vem cobrando mudanças e posicionamentos mais firmes de nossos representantes e também esse posicionamento mais crítico da imprensa a quem cabe a função de relatar os acontecimentos e de fiscalizar a esfera pública.

O jornalismo capixaba tem cumprido seu papel de informar, ainda que precariamente, sobre política. Porém, se prestar atenção as notícias e aos seus leitores, pode se fazer um jornalismo melhor e mais do que simplesmente informativo. E esse deve ser o objetivo dos jornalistas: deixar a função de simples canais dos políticos para a função de representantes da sociedade ao cobrar e analisar as informações, e mediadores entre as esferas produzindo diálogos que produção desenvolvimento e crescimento na sociedade.

Referências bibliográficas

- (1) ARENDT, Hannah. O Que é Política? 5ª edição. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, RJ. 2004.
- (2) HERSCOVICI, Heloiza. II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Florianópolis, Santa Catarina, 2005.
- (3) “Qual crítica? A partir de quais critérios?” , Luiz Gonzaga Motta, disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=428JDB005> (acessado em 10/04/2007).
- (4) PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles (org.). Meios de comunicação de massa. Cultrix, São Paulo, s.d.



- (5) GENTILLI, Victor I., Democracia de massas: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. EDIPUCRS, Porto Alegre, 2005.
- (6) idem 5.

Trabalho de João Paulo Pereira

Documento padrão para submissão de trabalhos ao XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

A qualidade da informação política oferecida ao cidadão capixaba³ Os jornais e a construção da cidadania

João Paulo Pereira⁴

Universidade Federal do Espírito Santo
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Resumo

Este é um estudo teórico destinado à criação de uma metodologia que possa examinar o nível da contribuição dada pelos jornais impressos à cidadania. A pesquisa se centra nos jornais impressos capixabas e parte-se do entendimento de Gentilli (2005), segundo o qual o acesso à informação é um direito em si. E é pela boa informação que as pessoas podem assegurar o exercício de seus outros direitos. Refletir sobre a atividade jornalística é uma forma de se descobrir se existem incoerências na cobertura dos acontecimentos que tornem os noticiários distantes da vida da maioria dos indivíduos.

Palavras-chave: Jornalismo. Jornais. Metodologia. Cidadania.

1 Introdução

Estudar o jornalismo é uma forma de se avaliar como está sendo prestado um serviço público, cujas funções básicas são a de traduzir o mundo, investigar fatos, indicar contradições e exercer o poder de testemunho. Todavia, nos últimos anos, muito se tem discutido acerca da qualidade das informações que são oferecidas às pessoas. Culpa dos jornalistas, que não estão exercendo suas funções corretamente? Apenas em parte.

³ Trabalho apresentado no III Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação

⁴ João Paulo Pereira

Graduação em Jornalismo. Universidade Federal do Espírito Santo, Ufes, Brasil.
Bolsista de iniciação científica do CNPq
Pereirajp2005@yahoo.com.br



Ora, as novas tecnologias permitiram a criação de um mundo baseado profundamente na informação, por vezes instantânea. Cada jornalista antigamente era responsável por retratar a realidade local num intervalo de tempo de um dia. Hoje, tem de dar conta de um acontecimento mundial ocorrido no minuto anterior. Por outro lado, a mesma tecnologia que aumentou a demanda social por conteúdos, também foi responsável pela diminuição de vários postos de trabalho nas redações. Assim, essa é a nova realidade do jornalismo: o fornecimento de notícias, num intervalo de tempo reduzido, com um número limitado de profissionais.

Dessa maneira, perderam as notícias, em muitos casos, aprofundamento e contextualização. Muitos comunicadores, e é essa a parcela de culpa deles, já não questionam mais as formas como os assuntos são produzidos. Ganha relevância, nesse momento, um estudo científico da produção jornalística cujo intuito não é o de ridicularizar os erros, mas de produzir reflexão sobre as incoerências verificadas na montagem da informação, tentando resgatar novamente o espírito crítico dos profissionais.

O jornalista não deve se submeter à rotina industrial de produção de notícias. Mesmo que seja difícil, deve buscar mecanismos que permitam oferecer ao leitor, mais do que uma simples narração factual dos acontecimentos, uma tradução dos fatos. É necessário que em determinada hora reflitam sobre seus papéis enquanto construtores da realidade social. Se cada um cumprir a sua parte, com certeza, poderemos dizer que o trabalho daí resultante é, efetivamente, jornalismo.

1.1 Mudança de rumos

Deve-se esclarecer que houve uma alteração nos rumos desta pesquisa. A proposta contida no sub-projeto seria a de pesquisar as teorias do jornalismo (Teoria dos Newsmaking, Espiral do Silêncio etc.) e as teorizações sobre cidadania, além de levantar dados referentes à história da imprensa no Espírito Santo nos últimos vinte anos. Tentar-se-ia também observar a aplicação dessas teorias nos principais jornais capixabas. Com o desenrolar dos trabalhos, no entanto, eu e outros pesquisadores envolvidos no projeto de pesquisa “A qualidade da informação oferecida ao cidadão capixaba” sentíamos falta de uma metodologia que permitisse examinar os jornais impressos capixabas considerando a ligação entre jornalismo e cidadania.



Assim, por uma sugestão do orientador, o estudo passou a se concentrar na elaboração de um instrumento metodológico que pudesse verificar em que nível está a contribuição que os jornais impressos do Espírito Santo dão à cidadania, método, aliás, que não deixa de servir para a análise dos periódicos de outros estados. A história do jornalismo capixaba, devido ao material empírico do projeto de pesquisa citado anteriormente ser constituído pelos periódicos A Gazeta e A Tribuna, centrou-se nos fatos que marcaram esses matutinos da década de 1980 até a época atual. Falou-se do jornal Notícia Agora, pois ele faz parte da disputa histórica por leitores entre A Gazeta e A Tribuna. O estudo das teorias do jornalismo foi aproveitado apenas como um exercício para a compreensão da epistemologia dessa atividade, de modo que não foi abordado no relatório da iniciação científica. Contudo, para a apresentação no Intercom, o orientador também recomendou que fosse abordada apenas a metodologia, deixando o levantamento histórico para uma outra ocasião. Essa atitude foi tomada devido à falta de espaço para a divulgação de todo o trabalho e porque seria possível explicar, no congresso, a metodologia desenvolvida de maneira mais aprofundada.

Trata-se, portanto, de um trabalho teórico. Os alvos da metodologia foram as editorias de economia e de política e os *outros pesquisadores do grupo* fizeram a coleta de dados nessas páginas. Por isso, na pesquisa integral, as discussões ao final do relatório foram apenas dos dados históricos obtidos. Como este relatório não conterá esses dados, optou-se por indicar apenas a dificuldade encontrada no decorrer do trabalho e os possíveis pontos fracos da metodologia. É lógico que há certa descrença em relação a pesquisas somente teóricas, então é preciso recorrer às proposições de PENA (2005, p. 10).

[...] A pertinência de qualquer pesquisa está nas perguntas, não nas respostas. Desde que o pesquisador tenha consciência do relativismo teórico e não se feche nos próprios hermetismos, a teorização pode ser muito útil. E não falo só dos círculos acadêmicos. Aliás, talvez sejam os profissionais do jornalismo os maiores beneficiários da reflexão crítica sobre sua atividade.

1.2 A cidadania e o jornalismo

Afinal, o que é cidadania? Conforme Ferreira (1999, p. 469), cidadania é a “qualidade ou estado de cidadão”. Por sua vez, cidadão é o “indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este” (ibid).

Qual é a ligação entre jornalismo e cidadania? Para Gentili (2005), a informação tornada pública pelos jornais é um dos fatores que potencialmente podem assegurar os direitos dos indivíduos.

[elogia-se] [...] um jornalismo produzido e pensado, conscientemente, para oferecer um mínimo de cognoscibilidade ao mundo contemporâneo, um jornalismo que ofereça aquelas informações que o cidadão tem o direito de receber para que possa exercer plenamente todos os seus direitos. Um direito sem o qual o exercício de outros direitos fica prejudicado (GENTILLI, 2005, p. 23).

O autor concebe, então, a informação como um direito em si mesmo. Portanto, se o cidadão é aquele indivíduo detentor de direitos e se a própria informação é um direito em si, parece lógico que o exercício da cidadania só é plenamente realizável quando os integrantes da sociedade recebem conteúdos informativos de boa qualidade. Mais do que isso, “[...] o direito à informação [...] é a porta de acesso a outros direitos [...]” (ibid, p.24). Caldas (2003, p. 11) parece compartilhar com a visão de Gentili porque considera que se “[...] [um motorista de táxi] ignorar um aumento no preço da gasolina que vai acontecer amanhã, vai perder dinheiro ao não encher o tanque do carro hoje”.

Bobbio (2000), dentre as várias definições para democracia, diz preferir a visão de democracia como o “poder em público”. Para ele, quando houve a passagem da democracia direta para a representativa, a praça pública deixou de ser o espaço para o debate político, mas permaneceu na sociedade a exigência pela visibilidade do poder. Ainda segundo Bobbio: “Quando falo de “poder em público”, refiro-me, que fique bem claro, ao público ativo, *informado*, consciente de seus direitos [...]” (BOBBIO, 2000, p. 388, grifo nosso).

Ora, em um contexto de democracia representativa, o cidadão exerce seu direito político principalmente por meio do voto e é por meio, sobretudo, das informações obtidas via meios de comunicação de massa tais como jornais, revistas e televisão que o corpo social consegue acompanhar como são as atitudes daqueles que elegeu ou que ainda poderá eleger. O voto, não se pode esquecer, é um excelente instrumento conquistado pelos cidadãos para se transformar a realidade. Se as pessoas tomam conhecimento das atitudes de um candidato e essas não estão direcionadas à melhoria da vida social, todos podem derrotá-lo nas urnas. Se à população chega a notícia de que um político está usando seu cargo em benefício próprio, ela tem a possibilidade de se mobilizar, exigindo até mesmo o impeachment do representante, como aconteceu com o então

presidente Fernando Collor em 1992. Conseqüentemente, as informações políticas atuam também como “portas”, pois ajudam a preservar o interesse da sociedade e permitem um uso mais consciente do voto.

Não se pode, porém, considerar bons somente os conteúdos divulgadores de atos de corrupção e outros de natureza similar. É lógico, como foi dito acima, que esses assuntos devem ser noticiados. Contudo, no jornalismo político atual, é notória certa tendência em se divulgar, na maioria das vezes, as más ações dos políticos como desvios de verbas e nepotismos. As boas atitudes (ação social numa favela, elaboração de uma medida que vise a beneficiar o deficiente e o idoso) acabam sendo postas em segundo plano. Muitas pessoas, assim, passam a enxergar a política unicamente como “uma grande roubalheira”, reduzindo-a a seu lado negativo.

Wolf (1987), aliás, ao falar acerca da Teoria do Newsmaking, concebe o jornalismo não como o espelho do real, mas como uma reconstrução feita da realidade. A teoria se baseia na cultura profissional dos jornalistas, profissionais que selecionam as notícias tendo em vista algumas aptidões que os assuntos possuem e a negatividade é uma delas.

Naturalmente, um dos princípios fundamentais do jornalismo é que, quanto maior, mais insólito ou mais sangrento é o espetáculo, maior é o valor-notícia. E isto, não porque os jornalistas sejam mais macabros ou menos sensíveis às coisas belas da vida do que as outras pessoas. Isso reflete apenas o fato inevitável de que os leitores se interessam por uma história que os impressione e, pelo contrário, ignorarão uma notícia de rotina (BRUCKER, apud WOLF, 1987).

Entretanto, é do entendimento de muitos comunicadores que não se pode dar ao público tudo aquilo desejado por ele. Quando o jornal não traça limites, ele pode reduzir a qualidade da informação, contribuindo conseqüentemente para o retrocesso dos valores sociais (ABREU, 2002).

1.3 As razões

Ao iniciar esta pesquisa, notou-se que as pessoas diziam que uma informação era necessária ou não para a vivência do cidadão baseadas em opiniões pessoais, ou melhor, em critérios subjetivos, no “eu acho”. Sendo assim, a formulação de uma metodologia estruturada em critérios para avaliar as informações políticas e econômicas é uma tentativa de produzir uma visão científica da cobertura jornalística. Em outras palavras, é uma maneira de se explicar “porque eu acho”, de tentar tornar objetivo, os critérios

dos quais as pessoas se valiam mesmo que de forma inconsciente. Logo, cria-se um instrumento que permite descobrir se o ritmo intenso de produção de notícias está tornando os conteúdos divulgados pelos jornais distantes da vida das pessoas.

Escolheu-se economia não porque as outras editoriais, cidades, por exemplo, sejam menos úteis para o cidadão, mas porque ela aborda assuntos que, embora possuam grande importância, não recebem a devida atenção por parte de um grande número de pessoas. Segundo Caldas (2003, p. 09),

Foi por conservadorismo, preconceito, má-fé ou mesmo por pura preguiça, que difundiu-se um mito segundo o qual as páginas de economia dos jornais só interessam e são entendidas por circunspectos senhores de paletó e gravata, sejam eles economistas, executivos, empresários, técnicos do governo ou profissionais do mercado financeiro. O que, de modo algum, é verdade. [...] é lá que estão as notícias sobre juros e inflação, dívidas públicas e aluguel, golpes e trambiques, sobre o preço da carne e do feijão, o emprego perdido e o salário reduzido.

O noticiário político foi selecionado, pois, conforme uma pesquisa feita por Aldé (2004), as pessoas retiram principalmente da mídia as informações que irão embasar suas explicações a respeito da política. Assim, “a centralidade da mídia na construção das atitudes políticas do cidadão comum fica explícita em seu discurso e na interpretação que oferece para o mundo político” (ALDÉ, 2004, p. 130).

Já foi dito que as informações atuam como “portas” para outros direitos. Portanto, se o cidadão recebe uma informação equivocada, superficial ou incompleta, o resultado serão explicações sobre a política com as mesmas características, comprometendo o exercício de outros direitos. Vale lembrar que o jornal impresso, quando bem aproveitado, é um das mídias que apresenta importante espaço para aprofundamento das notícias.

2 Resultados

2.1 metodologia

A metodologia proposta tem influência da análise de conteúdo, método de pesquisa cujos primeiros registros datam do século XVII. Por volta de 1640, por exemplo, a análise de conteúdo foi empregada pelos suecos no exame dos temas, valores, tendências e complexidade estilística de hinos religiosos. Tentava-se descobrir se os hinos poderiam causar efeitos psicológicos negativos nos luteranos (BARDIN, apud

BENEDETI, 2006, p. 80). Mais tarde, no século XIX, os norte-americanos utilizaram muito a análise de conteúdo, principalmente na investigação dos textos jornalísticos.

A contagem da presença de algumas características ao longo dos textos e o tamanho da estrutura textual acabaram se transformando nas principais preocupações dos estudiosos (BENEDETI, 2006). No âmbito desta metodologia, os Critérios de Cidadania serão as características cuja existência deve ser observada nas matérias jornalísticas. O espaço, por sua vez, será medido pelo gênero trabalhado pelo veículo. Para uma melhor organização, escolheu-se dividir o método em quatro etapas: escolha do corpus e enumeração das unidades informativas, classificação, apuração, exemplificação dos critérios.

2.1.1 Escolha do corpus e enumeração das unidades informativas

Para a formação do corpus, deverá ser tomado todo o conteúdo da editoria de política ou de economia dos jornais estudados. O pesquisador pode, se preferir, especificar mais sua análise recortando dentro das editorias o que deseja pesquisar, mas, dentro desta proposta, o exame deverá ser de todas as informações publicadas nos noticiários.

O tempo de avaliação precisa ser de no mínimo uma semana. Desse modo, evita-se que textos publicados em dias específicos possam ser excluídos acidentalmente.

Uma vez eleito o material, o pesquisador deverá enumerar, nos exemplares e em ordem crescente, todas as unidades informativas. O gênero trabalhado pelo veículo necessita ser bem observado. Por exemplo, numa reportagem há subdivisões ao longo dos textos, mas elas visam a aprofundar um único assunto. Todos os fragmentos deverão assim ser entendidos como uma única unidade informativa a ser catalogada como uma reportagem. Mais a frente, haverá a definição para os gêneros jornalísticos.

2.1.2 Classificação

É o momento de se observar, desde a abertura da editoria até seu fechamento, a presença dos Critérios de Cidadania. Eles, por sua vez, não são os únicos indicadores de um noticiário de política ou de economia cidadão, mas são os mais importantes, ou seja, os que devem ser vistos nos jornais com maior assiduidade. O conjunto de critérios não é uma obra exclusivamente minha, mas sim a consequência de um debate entre os membros do projeto de pesquisa citado anteriormente. Baseei as minhas sugestões na leitura de autores com como Gentilli (2005), Caldas (2003) e Aldé (2004); nas discussões com o orientador e no que já li e ouvi em sala de aula. Assim, tem-se:



a) Editoria de Economia

O texto jornalístico

Ec-1) transmite uma informação relacionada à abertura ou ao fechamento de postos de trabalho;

Ec-2) apresenta memória, isto é, relata para o leitor qual foi o elemento causador de um fato econômico ou utiliza acontecimentos do passado como maneira do cidadão compreender o momento em que vive;

Ec-3) aponta as implicações de um fato econômico na vida do cidadão;

Ec-4) indica as possíveis conseqüências de um acontecimento da economia;

Ec-5) mantém uma atitude crítica em relação àquilo divulgado, ou seja, a matéria vai além do simples noticiar;

Ec-6) contém fontes que falam por dois ou mais lados envolvidos na informação;

Ec-7) apresenta uma linguagem simples e explica para o leitor os termos econômicos menos conhecidos, indo além da simples determinação dos significados de siglas;

Ec-8) informa um aumento no valor de uma mercadoria ou serviço ao consumidor, explicando claramente qual foi a sua causa;

Ec-9) fala das doenças resultantes do trabalho realizado em ambientes insalubres ou das agressões ao meio ambiente cometidas por grandes empresas.

b) Editoria de Política

O texto jornalístico

Po-1) apresenta memória, isto é, relata para o leitor qual foi o elemento causador de um fato político ou utiliza acontecimentos do passado como maneira do cidadão compreender o momento em que vive;

Po-2) indica as possíveis conseqüências de um acontecimento da política;

Po-3) aponta as implicações de um fato político na vida do cidadão;

Po-4) divulga um fato que, embora muitos indivíduos não se interessem, é relevante para a vida das pessoas;

Po-5) informa as más ações dos políticos na condução da administração do país, dos estados ou dos municípios;

Po-6) cita fatos que comprovem o exercício de um bom trabalho por parte dos políticos;

Po-7) mantém uma atitude crítica em relação àquilo divulgado, ou seja, a matéria vai além do simples noticiar;

Po-8) contém fontes que falam por dois ou mais lados envolvidos na informação;

As unidades informativas também precisam ser classificadas quanto aos gêneros jornalísticos. As definições presentes aqui consideraram as explicações contidas num trabalho orientado por Melo em 1985, as conversas com o orientador e com os demais



professores e o que já se analisou nos jornais. Só serão mencionados, entretanto, os gêneros existentes nas editoriais de política ou de economia, dos jornais A Tribuna ou A Gazeta, fato a ser visto pelo pesquisador.

c) Jornalismo informativo

Nota: é um texto curto, no máximo de dois parágrafos, que é veiculado nos jornais em três situações: quando o acontecimento divulgado ainda está tomando forma e por isso não se dispõe de muitas informações a respeito dele; quando os jornalistas não possuem tempo suficiente para apurarem um número maior de detalhes sobre um fato ou também nos casos em que o próprio veículo julgue determinado evento como merecedor de pouca relevância.

Notícia: é o relato completo de um evento ocorrido na sociedade, possuindo o texto um número superior a dois parágrafos.

Reportagem: é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu na sociedade e criou alterações que foram percebidas pelos jornalistas. A reportagem aprofunda um assunto, por isso é um gênero que demanda do jornalista um tempo maior de dedicação. Devido ao detalhamento maior, o texto é extenso e conta geralmente com subdivisões para evitar o cansaço do leitor.

Entrevista: fala-se de entrevista aqui não no sentido de instrumento para a coleta de informações destinadas a abastecer os outros gêneros, mas como um texto que explicita para o público, em uma determinada área impressa do jornal, um diálogo entre um jornalista e uma fonte.

d) Jornalismo opinativo

Coluna: é um gênero que tenta produzir um debate sobre determinado acontecimento eclodido na sociedade a partir da especulação acerca de suas conseqüências, da lembrança de episódios passados, do confronto de concepções, da tentativa de conexão entre fatos. Nesse gênero, o colunista, que tem o espaço da coluna demarcado, deixa explícito o seu posicionamento. Os textos apresentam considerável dimensão e obedecem a uma determinada periodicidade.

Comentário: relaciona-se a alguma notícia ou reportagem importante, portanto merecedora da opinião de um especialista. Ao possuir um conhecimento aprofundado sobre o assunto em questão, o comentarista expõe seus argumentos na expectativa de que o leitor compreenda de forma melhor o conteúdo e o alcance da informação que acabou de ler. A opinião não precisa ser explícita e algumas vezes ela só é percebida por meio da linha argumentativa.

O trabalho de enumeração realizado na primeira etapa será relevante para a montagem das Fichas de Classificação conforme se pode notar abaixo, onde:



Ec: economia

Po: política

UI: unidade informativa

TABELA 1: Ficha de Classificação das unidades informativas na editoria de economia

<i>Economia</i>											
Dia: 04 de novembro de 2007, domingo.											
Jornal A Gazeta/ A Tribuna											
<i>U. I.</i>	Páginas	Gênero	Ec-1	Ec-2	Ec-3	Ec-4	Ec-5	Ec-6	Ec-7	Ec-8	Ec-9
01	23	nota	x		x						
02											
.
.
.

TABELA 2: Ficha de Classificação das unidades informativas na editoria de política

<i>Política</i>										
Dia: 04 de novembro de 2007, domingo.										
Jornal A Gazeta/ A Tribuna										
<i>U. I.</i>	Páginas	Gênero	Po-1	Po-2	Po-3	Po-4	Po-5	Po-6	Po-7	Po-8
01	23	nota		x		x				
02										
.
.
.

2.1.3 Apuração

Ao final do período de trabalho, as Fichas de Classificação construídas na etapa anterior permitirão quantificar os critérios mais facilmente, evitando possíveis erros de apuração. Os dados obtidos serão empregados na montagem de uma tabela na qual se poderá verificar não apenas a existência dos critérios, mas a ocorrência deles em relação a cada um dos gêneros.

TABELA 3: presença dos critérios nas unidades de informação

<i>Economia/ Política</i>		
Jornal A Gazeta/ A Tribuna		
Quantidade total de unidades informativas apuradas: 000		
Crítérios	Presente em ... unidades informativas	Porcentagem do total
Ec-1/ Po-1		
Ec-2/ Po-2		
.	.	.
.	.	.
.	.	.



TABELA 4: Distribuição dos Critérios de Cidadania em cada gênero jornalístico

<i>Economia/ Política</i>			
Jornal A Gazeta/ A Tribuna			
Gênero	Critérios	Presente em ...	Porcentagem do total referente a cada gênero
Total de reportagens: 00	Ec-1/ Po-1		
	Ec-2/ Po-2		
	...		
Total de notas: 00	Ec-1/ Po-1		
	Ec-2/ Po-2		
	...		
Total de notícias: 00	Ec-1/ Po-1		
	Ec-2/ Po-2		
	...		
Total de entrevistas: 00	Ec-1/ Po-1		
	Ec-2/ Po-2		
	...		
Total de comentários: 00	Ec-1/ Po-1		
	Ec-2/ Po-2		
	...		
Total de colunas: 00	Ec-1/ Po-1		
	Ec-2/ Po-2		
	...		

As conclusões podem ser melhores se dois ou mais jornais forem comparados. Haverá a chance de se perceber qual dos periódicos tem um noticiário mais próximo do cidadão ou se ambos apresentam alguma tendência em comum.

2.1.4 Exemplificação dos critérios

Nessa última fase, além de discutir os números colhidos, o pesquisador deverá examinar algumas matérias que mais se destacaram seja pelo aspecto positivo, seja pelo negativo. Portanto, é uma forma de tornar mais claro o significado dos critérios e de se compreender como precisa ser um texto jornalístico que efetivamente contribua para um pleno exercício de cidadania, ou pelo contrário, de se mostrar as matérias banais que nada acrescentam à vida das pessoas.

3 Dificuldade e ponto fraco



Uma dificuldade encontrada no decorrer da pesquisa foi que a formulação da metodologia ocorreu paralelamente ao desenvolvimento dos trabalhos voltados ao levantamento de dados nas páginas de política e de economia. Assim, os outros pesquisadores não poderiam esperar que todo o método ficasse pronto para iniciarem suas atividades e por isso alguns procedimentos não foram empregados por eles. Espera-se, contudo, que as sugestões contribuam integralmente em futuras pesquisas.

Os objetivos foram atingidos, mas um possível ponto fraco desta pesquisa é a existência de certa subjetividade em alguns dos critérios, podendo talvez produzir incerteza em um ou outro dado. Todavia, por mais que se tente, sempre haverá alguma subjetividade, pois a avaliação depende do olhar de um pesquisador, que, sendo um ser humano, possui uma maneira particular de ler os fatos. Além disso, os critérios não podem ser permanentes, ou seja, é preciso que de tempos e tempos sejam reavaliados para que permaneçam sendo capazes de avaliar se a cobertura jornalística está ou não direcionada à vida do cidadão.

4 Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ALDÉ, Alessandra. *A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BENEDETI, Carina Andrade. *A qualidade da informação jornalística: uma análise da cobertura da grande imprensa sobre os transgênicos em 2004*. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. [s.i.], Campus, 2000.

CALDAS, Suely. *Jornalismo econômico*. São Paulo: contexto, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Cidadania. In: NOVO AURÉLIO SÉCULO XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 469.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Cidadão. In: NOVO AURÉLIO SÉCULO XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 469.



GENTILLI, Victor. *Democracia de massas*: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

MELO, José Marques de (Org). *Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo*. São Paulo: FTD, 1992.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

Trabalho de Thalita Dias

XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

Estudo crítico do noticiário econômico nos jornais capixabas

Thalita Dias

Universidade Federal do Espírito Santo
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Resumo

Estudo empírico do jornalismo capixaba, com metodologias de análise de conteúdo e de estudos de jornalismo e cidadania. O trabalho analisa as características da cobertura de economia nos jornais diários capixabas A GAZETA e A TRIBUNA, visando a construção de critérios metodológicos de análise da qualidade da informação fornecida aos consumidores-cidadãos (leitores).



Palavras-chave

Jornalismo capixaba; economia; qualidade da informação.

1. Trabalho apresentado no III Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação

2. Thalita Dias

Graduação em Jornalismo. Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, Brasil.

Bolsista de iniciação científica do CNPq

diasthalita@hotmail.com

1. Introdução

No mundo moderno, a moeda está presente em praticamente todos os momentos da vida. Sua imperiosa presença e necessidade são percebidas não apenas nos grandes negócios e nas cotações do chamado mercado financeiro, mas nas ações as mais triviais. Uma dona de casa, evidentemente, não precisa de moeda pra levar a cabo seus afazeres domésticos. Mas tão logo percebe que falta sal, ela sentirá a necessidade da moeda, sem a qual o sal, que está na prateleira do mercado, não encontrará o caminho de sua cozinha.

O fragmento do livro *A nova contabilidade social* (PAULANI, 2003) ilustra bem, através da importância da moeda, como a economia exerce uma imperiosa influência no nosso cotidiano. Kucinski (1996), explica que no noticiário jornalístico, a economia tomou lugar de destaque – deslocando os conflitos políticos para um segundo plano – por causa da desordem monetária, que desde 1972 vem destruindo moedas nacionais e solapando a cultura do dólar. “Economistas armados de pacotes antiinflacionários passaram a dirigir nossos destinos, interferindo até mesmo em nossas vidas privadas. Ao mesmo tempo”, prossegue Kucinski, “inflação e crises cambiais tornaram-se dramas do cotidiano”.

Para esta sociedade regida pelo mercado, ao mesmo tempo em que a economia tornou-se elementar, ligada ao seu dia-a-dia, adquiriu significados de difícil compreensão. Como entender este sistema complexo, cheio de contradições e paradoxos, cujas teorias encontram-se em diversas escolas de pensamento? Como explica Kucinski (1996, p.22), no jornalismo genérico, o objeto da informação jornalística é quase sempre uma anomalia, algo excepcional, e não a norma. As notícias falam de eventos singulares, descontinuidades, e não de modelos ou processos. Mas economia é muito mais um processo do que uma sucessão de fatos singulares. Uma publicação econômica é,



quando bem-feita, um verdadeiro diário das continuidades e discontinuidades desse processo, seja em um setor econômico, uma cidade, uma região, um país ou o mundo. (BASILE, 2002)

Pela importância da informação jornalística - que possibilita ao cidadão o conhecimento dos fatos atuais - e da economia em nosso contexto social, interessa-nos discutir a qualidade da informação econômica oferecida ao cidadão capixaba. E o que entender por qualidade da informação? Antes de responder a esta pergunta devemos responder a uma anterior. O que entender por qualidade?

Héctor Borrat no artigo *Periódicos de calidad: primeras propuestas para una lectura crítica*, citando Foulquié (1986) e Baraquin (1995), destaca três concepções de qualidade:

1. *manera de ser buena o mala, estado o disposición que constituye la manera de ser de un sujeto, la propiedad de una sustancia, susceptible de ser afirmada o negada;*
2. *manera de ser buena;*
3. *propiedad no esencial, no directamente mensurable, que confiere un valor particular a un ser o a una cosa.*

As duas primeiras concebem qualidade como “maneira de ser”, natureza (condição natural) daquilo que se discute. A terceira a concebe como um valor conferido, um atributo que pode ser encontrado ou não no que se está avaliando. “*Hablar de calidad periodística es así hablar de valores, practicar evaluaciones de los periódicos y de los textos y temarios que publican*”. (BORRAT, 2005)

Como defende Carina Benedeti, “a validade de um estudo dessa natureza está na constatação de que a avaliação de qualidade da informação jornalística não é tão aleatória como acreditam alguns”. Prossegue, “existem critérios – veracidade, comunicabilidade, pluralidade, liberdade, socioreferenciabilidade, inteligibilidade e transmissibilidade - coletivamente estabelecidos que devem ser respeitados.”⁵

2. Materiais e métodos

⁵ BENETI, Carina Andrade. *A qualidade da informação jornalística: uma análise da cobertura da grande imprensa sobre os transgênicos em 2004*. Disponível em: http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_arquivos/39/TDE-2006-06-21T154158Z-84/Publico/Dissert.pdf. Acesso em 10/01/06.



O grande desafio da crítica de mídia é a delimitação dos critérios de avaliação da informação. Encontrar uma metodologia que se enquadre no objetivo de aferir a qualidade do noticiário era nosso objetivo e continua sendo, na medida em que esses critérios precisam de constante aprimoramento. Não há muitos pesquisadores que se dedicam à análise da qualidade da informação jornalística, não havendo, portanto, muitas referências. A pesquisa realizada pela mestrandia Carina Andrade Benedeti na Universidade de Brasília, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Martins da Silva, intitulada *A qualidade da informação jornalística: uma análise da cobertura da grande imprensa sobre os transgênicos em 2004* foi a primeira que encontramos sobre o tema e a partir dela esboçamos os primeiros passos no processo de construção do critério metodológico.

Em sua investigação, Carina Benedeti utiliza como método a análise de conteúdo. A Prof. Dr. Heloiza G. Herscovitz define análise de conteúdo jornalística como:

Método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos a partir de seu enquadramento em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação.⁶

Na prática a análise de conteúdo divide-se em três momentos de pesquisa: 1) seleção da amostragem a ser pesquisada, dos objetos a serem observados; 2) codificação e categorização dos dados; 3) análise dos resultados.

Quais são os objetos de estudo?

Nossa análise da qualidade da informação econômica oferecida ao cidadão capixaba, se debruçará sobre a editoria de economia dos dois jornais de maior circulação no Estado: A Gazeta e A Tribuna.

Em um primeiro momento da pesquisa nos dedicamos a duas atividades: consulta bibliográfica e pré-análise da cobertura econômica nos jornais A Gazeta e A Tribuna. Nesta pré-análise buscamos conhecer as principais tendências da cobertura e definir as questões importantes para a avaliação de qualidades das informações selecionadas.

⁶ HERSCOVITZ, Heloisa. Comunicação Individual. In: Anais da SBPJor. Florianópolis: SBPJor 2005.



O Jornal A Gazeta possui o formato “standard” - páginas com 30 cm de largura e 52,5 cm de altura, totalizando uma área (mancha) de 1575 cm². A editoria de economia tem a característica de ser a primeira página de um encarte do jornal, o que facilita o manuseio e até mesmo a procura pelas notícias de economia. As páginas são quase totalmente coloridas e a utilização de fotos é freqüente. A editoria mantém uma coluna de pequenas notas, chamada “Econômicas” e outra chamada “Lançamentos”. Ambas trazem informações rápidas e, na maioria das vezes, sobre um novo produto, algum prêmio ou acontecimento no setor empresarial. Há também as colunas “Opinião Econômica” (de segunda a sábado) e Economia Capixaba (aos domingos). Todos os dias a editoria traz os indicadores financeiros, com índices, preços e cotações e informações mais técnicas, destinada principalmente acionistas e investidores. Às terças-feiras há uma página denominada Agronegócios, que traz a cobertura sobre as atividades agrícolas do Espírito Santo.

A editoria de economia do Jornal A Tribuna, de formato tablóide (27,5 cm de largura e 37 cm de altura), ocupa uma área (mancha) de 1017,5 cm² por página. Ela integra o primeiro caderno do jornal, e sempre aparece depois da editoria de Polícia. A seção de economia de A Tribuna tem em média oito páginas que podem ser coloridas ou não. O uso de grandes fotografias para ilustrar as matérias e assim tornar o jornal mais atrativo também é bastante freqüente. Além das matérias, a editoria é composta basicamente por cinco colunas: “Dia-a-dia”, com notas contendo informações locais de consumo imediato; “Ponto de Vista” e “Panorama Econômico” com artigos de analistas econômicos; “Painel S. A” que traz informações curtas sobre a economia nacional e mundial; e “Economia e Cia” publicação simultânea com o Globo (a maioria das notícias são do Rio de Janeiro). Também apresenta diariamente os indicadores financeiros. (MURTA, 2006)

Nossas unidades de análise serão as notícias e reportagens. Neste trabalho entendemos notícia como qualquer informação redigida em ordem decrescente de interesse, ou seja, do mais para o menos importante. A reportagem é, como a notícia, um gênero de caráter informativo, mas que carrega características como maior profundidade, abrangência, liberdade lingüística e menor compromisso com o imediatismo. Muniz Sodré (apud. FRANCESCHINI, 2004) explica a diferença entre notícia e reportagem:

Fator determinante para a circulação de uma notícia é o tempo: o fato deve ser recente e o anúncio do fato, imediato. Este é um dos principais elementos de distinção entre a notícia e outras modalidades de informações. Aqui, talvez, um aspecto importante ao diferenciar notícia de reportagem: a questão da atualidade. Embora a reportagem não prescindir de atualidade, esta não terá o mesmo caráter imediato que determina a notícia, na medida em que a função do texto é diversa: a reportagem oferece detalhamento e contextualização àquilo que já foi anunciado, mesmo que o seu teor seja eminentemente informativo.

Não serão incluídas na análise que pretendemos as notas pois, por apresentarem um caráter extremamente factual, poderiam interferir no resultado da pesquisa. Serão excluídos também os gêneros de caráter opinativo, como as entrevistas, colunas e artigos.

Portanto, a crônica, o editorial, a coluna e o artigo são gêneros jornalísticos marcados, em maior ou menor grau, pelo caráter opinativo. Desses formatos o leitor não espera isenção, distanciamento e objetividade. Neles, a manifestação explícita da opinião, seja do autor ou veículo, não é mal recebida. Paradoxalmente, esses formatos opinativos são os que acabam exercendo menor influência na formação de opinião do conjunto de leitores, uma vez que são lidos por muito poucos – assim mesmo, esses poucos o fazem mantendo a reserva de quem tem relativa consciência de estar diante da análise, da visão pessoal e da opinião de alguém, e não de um fiel e isento espelho da realidade. Por mais que rendam prestígio ao veículo, editoriais, colunas, crônicas e artigos são ignorados ou pouco lidos por grande parte do público, que só os procura em caráter eventual.⁷

Codificação dos dados

A análise de conteúdo carrega uma característica híbrida, reúne elementos de métodos qualitativos e quantitativos, como explica HERSCOVITZ (2005):

A tendência atual da análise de conteúdo desfavorece a dicotomia entre o quantitativo e o qualitativo, promovendo uma integração entre as duas visões de forma que os conteúdos manifesto (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo para que se compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido.

⁷ FRANCESCHINI, Felipe. Notícia e reportagem: sutis diferenças. Comum - Rio de Janeiro - v.9 - nº 22 - p. 144 a 155 - janeiro / junho 2004, <http://www.facha.edu.br/publicacoes/comum/comum22/Artigo6.pdf> consultado em 08/01/07.



Sendo assim, nosso instrumento de codificação deveria englobar estes dois aspectos: quantitativo e qualitativo.

Elaboramos então um primeiro instrumento de codificação dos dados, baseado em outras pesquisas, e adaptado ao nosso objetivo. O questionário é composto por cinco blocos e engloba mais o aspecto quantitativo.

Questionário 1

1. Identificação referencial

Manchetes e Títulos

Variação fônica (quantidades de vozes ou opiniões apresentadas no texto)

Qualificação visual (quantidade de fotos, boxes e infográficos)

2. Nível de abordagem do assunto

Factual – simples descrição de um fato

Contextual Simples – se aproxima do nível factual, mas se aprofunda um pouco mais. Traz poucas fontes.

Contextual Explicativo – descreve o fato ou assunto de forma pormenorizada, traz informações de fundo, usa informações de várias fontes, utiliza boxes ou textos de apoio, oferece uma visão ampliada do assunto.

Avaliativo – faz uma avaliação do assunto, oferece várias opiniões mas traz uma preponderante que dá o “fecho” da matéria.

Propositivo – apresenta um problema e sugere soluções, repercutindo recomendações de especialistas e analistas; relata experiências bem sucedidas de solução do problema apresentado.

3. Enquadramento institucional



Setor público – a partir das políticas estatais. Foram incluídas nesta categoria também as notícias sobre empresas estatais.

Setor privado – dirigidas, relacionadas ao setor privado ou a partir de ações deste setor.

Sindicatos - dirigidas, relacionadas aos sindicatos, ou a partir de ações destes.

Conceitual - quando o texto busca fazer a análise da conjuntura, levantando hipóteses, citando especialistas ou usando dados.

Própria empresa – quando o texto informa uma ação ou um acontecimento da própria empresa jornalística.

Setores público e privado – quando o texto aborda ações conjuntas dos setores público e privado.

Sociedade civil – dirigida, relacionada ou a partir de ações da sociedade civil.

4. Conteúdo

antecedentes

conseqüências

processo

previsões

prós e contras

questões transversais

citação de estatísticas

menção de legislação

análise

5. Classificação das fontes



oficial pública

oficial privada

sindical

especialista

testemunhal

associações, federações, cooperativas e lideranças comunitárias

não identificadas

fontes em off

Questionário 2

O grupo de análise de mídia da Universidade Federal do Espírito Santo, coordenado pelo professor Victor Gentili, prosseguia trabalhando em busca de um instrumento de codificação que alcançasse de forma mais específica o aspecto qualitativo. A idéia era elaborar uma série de questões a serem aplicadas aos textos que pudessem resultar em uma nota para cada unidade informativa. Elaboramos então nove questões - que englobam os aspectos mais importantes da cobertura econômica – a serem aplicadas a cada unidade informativa, levando em conta suas potencialidades e limitações. Ou seja, não seriam aplicadas questões não pertinentes ao assunto abordado no texto.

O texto:

- 1) transmite uma informação relacionada à abertura ou ao fechamento de postos de trabalho?
- 2) apresenta memória, isto é, relata para o leitor qual foi o elemento causador de um fato ou utiliza acontecimentos do passado como maneira do cidadão compreender o momento em que vive?
- 3) aponta as implicações de um fato na vida do cidadão?



- 4) indica as conseqüências ou possíveis conseqüências de um acontecimento da economia?
- 5) mantém uma atitude crítica em relação àquilo divulgado, ou seja, a matéria vai além do simples noticiar?
- 6) contém fontes que falam por dois ou mais lados envolvidos na informação?
- 7) apresenta uma linguagem simples e explica para o leitor os termos econômicos menos conhecidos, indo além da simples determinação dos significados de siglas?
- 8) informa um aumento ou diminuição no valor de uma mercadoria, serviço ou taxa, explicando claramente qual foi a sua causa?
- 9) fala das doenças resultantes do trabalho realizado em ambientes insalubres ou das agressões ao meio ambiente cometidas por grandes empresas?

3. Resultados preliminares

Para avaliar o método de averiguação da qualidade da informação que desenvolvemos, analisamos durante uma semana a cobertura econômica dos jornais propostos. A semana, escolhida aleatoriamente, foi de sábado, 14 de outubro, à sexta-feira, 20 de outubro de 2006. Codificamos um total de 97 unidades informativas, sendo 40 de A Gazeta e 57 de A Tribuna. A média de unidades informativas diárias foi de 5,7 em A Gazeta e 8,1 em A TRIBUNA. A seguir as tabelas geradas.

Tabela 1 – Identificação Referencial

	A Gazeta		A Tribuna	
	Total	%	Total	%
Varição Fônica	7	17,5	20	35
Sem variação				
fônica	33	82,5	37	64,9
Fotos	16	40	43	75,4
Boxes	21	52,5	27	47,3
Análise	2	5	2	3,5

Infográficos	3	7,5	4	7
Sub-retrancas	7	17,5	10	17,5
Depoimentos	3	7,5	1	1,75

Nota-se que nos dois jornais predominam as informações sem variação fônica. Isto é preocupante, pois o leitor recebe uma grande quantidade de informações que carregam apenas uma opinião dominante. Fotos e boxes aparecem em grande parte das unidades analisadas. São elas quem tornam o noticiário mais atrativo e entendível, sendo um indicador positivo de qualidade.

Tabela 2 – Nível de Abordagem do Assunto

	A Gazeta		A Tribuna	
	Total	%	Total	%
Factual	3	7,5	8	14
Contextual				
Simple	23	57,5	33	57,8
Contextual				
Explicativo	9	22,5	16	28
Propositivo	3	7,5	-	-
Avaliativo	2	5	-	-

A grande maioria das unidades informativas tem um nível raso de abordagem. É importante lembrar que as matérias mais contextualizadas, que apresentam memória, estatísticas e outros dados, possibilitam, mesmo ao leitor menos frequente, uma visão mais clara e ampla da realidade em que vive. Um jornalismo que aproxima-se do factual torna-se pobre e prejudica a compreensão.

Tabela 3 – Enquadramento Institucional

	A Gazeta		A Tribuna	
	Total	%	Total	%
Setor público	21	52,5	28	49,1
Setor privado	14	35	15	26,3
Sindicatos	1	2,5	6	10,5

Conceitual	1	2,5		
Própria empresa	-	-	3	5,2
Setores público e privado	-	-	3	5,2
Sociedade civil	3	7,5	2	3,5

Este quesito diz respeito ao ângulo pelo qual o assunto foi tratado. A predominância do setor público sugere (todavia não de forma definitiva) que, ao contrário do indicado em outras pesquisas e artigos, o foco do jornalismo econômico não está concentrado no segmento empresarial.⁸ A sociedade civil, contudo, aparece com os menores índices. Um jornalismo que foca-se mais neste setor seria, certamente, mais interessante e promoveria de forma mais eficiente o exercício da cidadania.

Tabela 4 – Conteúdo

	A Gazeta		A Tribuna	
	Total	%	Total	%
Antecedentes	23	57,5	30	52,6
Consequências	15	37,5	35	61,4
Processo	16	40	23	40,3
Causa	7	17,5	15	26,3
previsões	13	32,5	7	12,2
Prós e contras	2	5	5	8,7
Questões transversais	12	30	9	15,7
Citação de estatísticas	4	10	3	5,2
Menção de legislação	2	5	2	3,5
Análise	2	5	3	5,2
Nenhuma das opções	5	12,5	9	15,7

Estes pontos foram elaborados para avaliar a profundidade e abrangência dos textos. Uma unidade informativa poderia trazer vários deles, por isso a soma das porcentagens não totaliza cem por cento.

⁸ Ver o artigo *Jornalismo Econômico: a Sedução do Poder*, de José Antônio Sarcinelli, disponível em <http://www.hottopos.com/mirand3/econ.htm>; e a pesquisa *Economia, valor notícia e assessorias de imprensa* de Lino Geraldo Resende, disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/resende-lino-economia-valor-noticia.pdf>.



Grande parte das unidades informativas traz os primeiros cinco itens – antecedentes, conseqüências, processo, causa e previsões. Todavia, isso não significa que a cobertura não apresente deficiências já apontadas no quesito do nível de abordagem. Estes cinco itens coincidem com o formato usual de composição do texto, por isso sua freqüência.

Tabela 5 – Classificação das fontes

	A Gazeta		A Tribuna	
	Total	%	Total	%
Oficial pública	20	21,5	43	34,4
Oficial privada	18	19,3	26	20,8
Sindical	5	5,3	17	13,6
Especialista	13	13,9	8	6,4
Testemunhal	20	21,5	18	14,4
Não identificada			3	2,4
Fontes em off	1	1	-	-
De associações, federações, cooperativas e lideranças comunitárias	9	9,6	-	-
Sem fontes	7	7,5	10	8

As fontes parecem bem diversificadas, todavia predominam as oficiais públicas, dado que coincide com o enquadramento das informações (também em maioria do setor público). Uma quantidade expressiva de informações aparece sem fontes, dado negativo para um jornalismo que visa à boa qualidade. Os representantes da sociedade civil (associações, federações, cooperativas e lideranças comunitárias) não foram ouvidos pelo jornal A Tribuna na semana analisada. Reconhecemos que a amostra é pequena. Entretanto, se este dado fosse representativo, demonstraria um grande distanciamento entre o jornalismo e a realidade do leitor. Como defende o professor Luiz Gonzaga Motta:

A verdade democrática só pode ser obtida através do pluralismo de versões provenientes de fontes diversas que precisam ser publicamente confrontadas. A



mídia só se transformará em um espaço público democrático se as várias verdades forem tornadas publicas.⁹

Questionário 2

Os critérios propostos no Questionário 2 foram categorizados da seguinte forma: unidades informativas que não apresentavam nenhum dos critérios pertinentes, unidades informativas que apresentavam até 50% dos critérios, unidades com exatamente 50% dos critérios, unidades que apresentavam entre 50% e 100%, e aquelas que alcançaram 100% dos critérios que poderiam ser a elas aplicados.

No jornal A Gazeta 20% das unidades informativas não apresentavam nenhum dos critérios que poderiam ser a elas enquadrados; 22,5% apresentavam até 50% dos critérios pertinentes; 17,5% apresentavam exatamente 50% dos critérios; 22,5% apresentavam entre 50% e 100%; 17,5% apresentavam 100% dos critérios pertinentes.

No jornal A Tribuna, cinco unidades informativas – que representam 8,7% da amostra deste jornal - não puderam ser enquadradas em nenhum dos nove critérios propostos no Questionário 2. Das cinquenta e duas unidades restantes, 15,3% não apresentavam nenhum dos critérios pertinentes; 28,8% apresentavam até 50% dos critérios pertinentes; 17,3% tinham 50% dos critérios; 19,2% apresentavam entre 50% e 100%; e 19,2% apresentavam 100% dos critérios que poderiam ser enquadrados nestas unidades informativas.

4. Conclusão

⁹ Ver o artigo *Qual crítica? A partir de quais critérios?*, de Luiz Gonzaga Motta, publicado em 10/04/2007, disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=428JDB005>.



O método de avaliação da qualidade da informação jornalística se mostrou viável. Todavia, o segundo questionário dá margens a uma avaliação subjetiva, uma vez que o pesquisador deve avaliar não só a presença ou ausência dos quesitos propostos, mas a pertinência ou não destes quesitos para a informação analisada.

Entendemos que no processo de avaliação da informação, a interlocução entre os membros do grupo de análise mostra-se importante, visando minimizar a subjetividade do processo. Como explica a professora Heloisa Herscovitz:

Na verdade, o pensamento científico aplicado ao jornalismo ou a outras áreas do conhecimento alterna dedução e indução. O importante, como frisa Babbie (1989), é que ele se apóie em dois pilares: a lógica e a observação. Enquanto a objetividade segue como ideal a ser perseguido tanto no jornalismo como no pensamento científico pela dificuldade que existe tanto em defini-la como em demonstrá-la, teóricos da metodologia de pesquisa preferem apostar no termo intersubjetividade, ou seja, a capacidade de diferentes investigadores de concordar em suas observações e conclusões. Como regra, não se trabalha com generalizações universais nas ciências sociais; menos ainda quando se utiliza a análise de conteúdo—método centrado em codificações e definições operacionais individuais, porém replicáveis, que buscam desvendar as pistas de textos, símbolos, sons e imagens.¹⁰

Uma vez avaliada a viabilidade do método para a análise proposta, pretendemos nos dedicar à ampliação desta análise, visando um diagnóstico detalhado do jornalismo econômico praticado no Estado e, sobretudo, da qualidade da informação oferecida ao cidadão capixaba.

5. Bibliografia

BASILE, Sidnei. Elementos de Jornalismo Econômico. Campus, Rio de Janeiro, 2002.

BENETI, Carina Andrade. A qualidade da informação jornalística: uma análise da cobertura da grande imprensa sobre os transgênicos em 2004. Disponível em: http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_arquivos/39/TDE-2006-06-21T154158Z-84/Publico/Dissert.pdf. Acesso em 10/01/06.

¹⁰ HERSCOVITZ, Heloisa. Comunicação Individual. In: Anais da SBPJor. Florianópolis: SBPJor 2005.



BORRAT, Héctor. Periódicos de calidad: primeras propuestas para una lectura crítica. Disponível em http://www.portalcomunicacion.com/esp/pdf/aab_lec/21.pdf. Acesso em 15/01/06.

FRANCESCHINI, Felipe. Notícia e reportagem: sutis diferenças. Comum - Rio de Janeiro - v.9 - n° 22 - p. 144 a 155 - janeiro / junho 2004, <http://www.facha.edu.br/publicacoes/comum/comum22/Artigo6.pdf> consultado em 08/01/07.

HERSCOVITZ, Heloisa. Comunicação Individual. In: Anais da SBPJor. Florianópolis: SBPJor 2005.

KUCINSKI, Bernardo – Jornalismo Econômico, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Qual crítica? A partir de quais critérios?. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=428JDB005>. Acesso em 13/06/07

MURTA, Milena Simões. Jornalismo Econômico: narrativas de uma economia em mutação. In: Anais da Intercom. Brasília: Intercom, 2006 (CD-Rom)

PAULANI, Leda Maria. A nova contabilidade social. São Paulo: Saraiva, 2003.

SODRÉ, Muniz. FERRARI, Maria Helena. Técnica de reportagem. São Paulo: Summus, 1986.